



ASSÉDIO E O ABUSO NO ENSINO SUPERIOR: das agressões à omissão institucional

Vanessa de Oliveira Haile
vanessaHaile10@gmail.com

Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia,
Faculdade Venda Nova do Imigrante
(FAVENI).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7802-1448>

Adelaine Ellis Carbonar dos Santos
addiecarbonar@gmail.com

Doutora em Geografia pela Universidade
Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
Pesquisadora do Grupo de Estudos
Territoriais/GETE.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0924-7328>

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo identificar os casos de assédio e abuso no ensino superior da cidade de Ponta Grossa/Paraná. Buscando analisar como se evidenciam e se originam esses casos, foram recolhidos depoimentos de acadêmicos de ambos os gêneros, visando compreender a situação na perspectiva da vítima, analisando como elas, suas testemunhas e seus supervisores estão tratando os assuntos referentes ao tema. Os dados foram coletados por meio de questionário *on-line* composto de questões objetivas e questões descritivas. Todos os casos apresentados ocorreram por haver uma relação de poder entre agressor e vítima, seja essa relação uma hierarquia institucional, de cargos, classe, raça ou de gênero.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Superior, Gênero, Violência, Relação professor-aluno, Relações de poder.

HARASSMENT AND ABUSE IN HIGHER EDUCATION: from aggressions to institutional omission

ABSTRACT

The purpose of this article is to identify cases of harassment and abuse in higher education of the city of Ponta Grossa, Paraná. Seeking out to analyze how these cases are evidenced and originated, testimonials were collected from academics of both genders, in order to understand the situation from the perspective of the victim, analyzing how they, their witnesses and their supervisors are dealing with the subjects. The data was collected by means of on-line questionnaire composed of objective questions and descriptive questions. All cases presented occurred because there is a power relation between aggressor and victim, whether that relationship is an institutional, job, class, race or gender hierarchy.

KEYWORDS

Higher Education, Gender, Violence, Teacher-student relationship, Power relations.

Introdução

Os espaços educacionais de ensino superior possuem papel significativo no processo educativo, onde a mera transmissão de conteúdos e técnicas não é suficiente no processo de formação inicial de graduandos. Assim, é preciso refletir o profissional que está se formando e propiciar um ambiente em que se entrecruzam muitas dimensões da sociedade. Em outras palavras, deve-se formar, além de profissionais, sujeitos éticos.

Faz parte da função da escola propiciar recursos psicológicos para que haja uma evolução não só intelectual, mas também social e cultural (REGO, 2003). Compreendemos que isto não seria diferente nas Instituições de Ensino Superior (IES), na medida em que se configuram enquanto espaços de convivência; desempenhando um papel fundamental nas discussões, reflexões, formação de opinião, compreensão e atitudes em relação às questões de gênero e sexualidade, como argumenta Felipe (2007), em especial sobre assédio moral, sexual e o abuso.

Em relação a estas discussões, de acordo com dados fornecidos pelo Projeto UMAR, o primeiro relatório sobre assédio sexual foi publicado em 1987, pela Comissão Europeia. No Brasil, a Lei nº 10.224, decretada em 15 de maio de 2001, em seu Art. 216-A, prevê o crime de assédio sexual, evidenciando que [...] “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”, prevê pena – detenção de 1 a 2 anos. Esta Lei dá suporte às vítimas,

mas, infelizmente, por medo ou vergonha, grande parte não efetiva a denúncia ou se manifesta de alguma forma (BOSCO e NOGUEIRA, 2001; BRADASCHIA, 2007; MOREIRA, 2016).

Segundo pesquisas, casos de assédio envolvendo relações de trabalho vêm sendo muito estudados (BRADASCHIA, 2007; BOBROFF e MARTINS, 2013; HIGA, 2016). No entanto, estes casos não se restringem somente aos espaços profissionais, mas, sobretudo, nas instituições de ensino, como exemplo, docentes que abusam de sua posição de poder para coagir discentes; assim como o contrário também é possível, quando discentes abusam da relação em sala de aula para obter vantagens (DAMASCENO, ALEXANRE e ANDRIOLA, 2012; GARCIA e SILVA JR, 2016; MOREIRA, 2016). Assim, estes espaços podem ser produzidos de variadas formas a partir da sua multiplicidade, em um movimento aberto com relações imprevisíveis (MASSEY, 2008). Neste sentido, os espaços acadêmicos são também paradoxais (SANTOS, 2020) pois estas relações de poder presentes através destes espaços, podem ser compreendidas a partir das considerações de Rose (1993) sobre o espaço paradoxal. Para Rose (1993), os sujeitos podem se realocar nas relações de poder constituindo novas configurações espaciais e relações sociais, de modo a tensionar e desestabilizar as relações de poder hegemônicas. Ou seja, os sujeitos podem ocupar o centro e a margem destas relações de poder, produzindo novos espaços.

Em 2015 foi realizada, pela Data Popular e Instituto Avon, a pesquisa “Violência contra a Mulher no Ambiente Universitário”. Nos dados fornecidos por essa pesquisa é possível observar que: das estudantes entrevistadas, 56% já sofreram assédio no ensino superior e; 36% já deixaram de realizar alguma atividade por medo de sofrer violência. A pesquisa também evidenciou que a maioria das estudantes não possuem conhecimentos acerca de como combater esta violência.

Em outra pesquisa envolvendo assédio nas instituições de ensino superior, Garcia e Silva Jr (2016), evidenciam que 96.3% dos entrevistados (homens e mulheres) afirmam 'sim' e apenas 3.7% das pessoas afirmam 'não', para a existência de casos de assédios nas instituições de ensino superior. Em uma das perguntas os entrevistados marcavam o que consideravam como forma de violência, destas:

46.3% das pessoas marcaram a opção assédio sexual (cantadas usando palavras ofensivas, comentários sexuais apelativos, etc.); 44.4% assinalaram a opção violência sexual (estupro, tentativa de estupro sob efeito de drogas ou álcool, ser tocada sem consentimento, etc.); 42.6% dos entrevistados selecionaram a opção assédio moral/psicológico (ser humilhada por professores e alunos, ofendida, ser xingada por rejeitar cantadas e/ou investidas); 37% marcaram desqualificação intelectual (dizer que mulher não serve para tal atividade, por

exemplo, ou outras piadas por ser mulher); 35.2% pontuaram a questão coerção a algo (ingestão de bebida alcoólica forçada, por exemplo) (GARCIA e SILVA JR, 2016, p. 5).

Ainda, nesta pesquisa, os autores afirmam que muitos discentes desconhecem as diferentes formas de violências praticadas contra a mulher; tanto no que concerne o ensino superior, quanto fora dele. Isto denuncia a necessidade de pesquisas que ampliem o debate sobre o assédio e o abuso não somente em IES, mas em todo âmbito educacional e as relações de poder presentes nestes espaços. Desta forma, o presente artigo tem por objetivo identificar os casos de assédio e abuso no ensino superior e a omissão institucional perante os mesmos.

Para tanto, foi desenvolvido um questionário adaptado da pesquisa de Constantino (2012), contendo 64 itens. A maioria das perguntas possui caráter objetivo, sendo necessário apenas marcar a(s) alternativa(s) que melhor se encaixava na situação. Apenas três questões eram descritivas, visando compreender melhor o contexto onde o (a) graduando (a) e graduado (a) se encontram.

A aplicação foi via formulário *Google docs*, sendo divulgado através da *internet*, por mídias sociais. O questionário ficou disponível para respostas por três semanas, sendo posteriormente, filtradas àquelas pertencentes à referida cidade Ponta Grossa, Paraná. Em seguida, os gráficos foram construídos e analisados quantitativamente, delimitando as categorias das questões descritivas as quais foram analisadas a partir da análise de conteúdo do discurso de Bardin (1977). Visando preservar a identidade das pessoas participantes, deixamos no anonimato as instituições, assim como os cursos presentes nas respostas, sendo citadas apenas as grandes áreas às quais pertencem e se o âmbito é público ou privado.

As questões de gênero nos casos de assédio e abuso no contexto educacional

As questões envolvendo assédio e abuso não são casos exclusivos de mulheres, embora possuam relação direta com o gênero (GARCIA e SILVA JR, 2016). Como evidenciado por Barreto (2006), estas violências atingem não só elas, mas também os homens, porém de formas diferentes; as mulheres entrevistadas que sofreram abuso apresentaram três efeitos em comum, sendo eles: (1) medo exagerado, (2) mágoas e, (3) intensa vontade de chorar. Nos homens que sofreram tais crimes, esses efeitos não foram relatados tantas vezes, contudo, tiveram (1) comportamentos agressivos, (2) indignação e

(3) ideação suicida.

Compreendemos então que não há um quadro de sofrimento psíquico único, mas uma variabilidade de sintomas e alterações cognitivas, emocionais e comportamentais, e a intensidade destes podem se apresentar com diferenças significativas. Algumas pessoas podem não apresentar nenhum efeito aparente, enquanto outras desenvolvem severos problemas emocionais, sociais e até mesmo psiquiátricos (RUNYON e KENNY, 2002).

Corroboramos com Garcia e Silva Jr (2016) quando afirmam que casos de assédio possuem relação direta com as questões de gênero, entendido nesta reflexão a partir das discussões de Scott (1995) e Butler (2013). Para Scott (1995), gênero é um elemento constituidor de relações sociais a partir das distinções sexuais entre homens e mulheres, além de ser o primeiro elemento a dar sentido às relações de poder mediante construções culturais. Assim, ao afirmar que gênero e casos de assédio estão intimamente relacionados, é propor que existe uma hierarquia entre gêneros, uma construção de uma dominação masculina ao longo da história. Sendo assim, torna-se imprescindível as discussões da temática de gênero e sexualidade em ambientes educacionais, durante a formação inicial de profissionais licenciados (as) que irão atuar na escola, possibilitando, assim, a prevenção e o combate contra tais crimes.

Butler (2013) compreende o gênero enquanto um mecanismo sustentado pela linearidade entre sexo, gênero e desejo em uma relação binária, dentro da noção da heteronormatividade, aquilo que a autora denomina de matriz cultural. Ainda, afirma que este mecanismo é engendrado por discursos culturais hegemônicos: discurso jurídico e discurso médico-biológico¹, produzindo identidades de gênero inteligíveis e identidades de gênero ininteligíveis. Ou seja, identidades que são coerentes com a linearidade proposta pela autora e as identidades incoerentes com tal linearidade, respectivamente. Assim, estes discursos são uma das bases em que a relação de hierarquia e superioridade se desenvolve, relações essas que se apresentam como um dos requisitos para que ocorra o assédio e o abuso.

Entendemos o termo 'assédio' como [...] "insistência impertinente, perseguição, sugestão ou pretensão constantes em relação a alguém" (HOUAISS, 2018, s.p). Desta forma, o assédio moral se caracteriza como uma prática abusiva que possa gerar danos à 'personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa' (HIRIGOYEN, 2006). É uma conduta que pode ser manifestada por meio de palavras, atos ou gestos. De acordo com o dicionário Michaelis (2018) o conceito de

¹ Santos e Ornat (2017) elencam mais um discurso que alimenta o mecanismo de gênero no qual Butler (2013) não menciona devido seu contexto histórico-espacial. Tal discurso denomina-se discurso teológico monoteísta.

assédio moral é a exposição da vítima a situações humilhantes, de forma repetitiva e prolongada, ou seja, o assédio moral não está ligado a eventos isolados, mas a comportamentos repetidos e persistentes direcionados a uma ou mais pessoas (EINARSEN e ZAPF, 2003).

Já o assédio sexual, trata de qualquer comportamento sexual indesejado, como tocar ou fazer comentários de conotação sexual. Não é necessário que ocorra de forma repetitiva, é considerado crime: comentários, contatos físicos, olhares “não-recíprocos e não-desejados, suscetíveis de ameaçar a segurança do emprego de uma pessoa ou criar um ambiente de trabalho angustiante ou intimidante” (LEI Nº 10.224, Art. 216-A). Segundo Duarte (2001), o agressor pode ser qualquer pessoa, de qualquer gênero, que possua uma hierarquia ou superioridade, exercendo pressão sobre outra pessoa, com a intenção de obter vantagens de ordem sexual. É a quebra aos princípios de igualdade, privacidade e dignidade.

Diferente do assédio, o abuso é o excesso do uso de poder, a ponto de prejudicar outra pessoa (MICHAELIS, 2018), podendo ser subdividido em diversas categorias², sendo uma delas o abuso sexual. Abuso sexual é um crime, um atentado contra a liberdade sexual de uma pessoa, não sendo necessário o contato sexual ou a penetração — por exemplo, o *voyeurismo* e o exibicionismo — para ser reconhecido como tal (ARAÚJO, 2002).

Outra subcategoria, que pode ser encontrada muitas vezes em conjunto com o abuso sexual é o abuso psicológico, que consiste em “toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da vítima para atender às necessidades psíquicas do agressor” (LIMA et al., 2006, p. 25). Além disso, segundo Stocker e Dalmaso (2016), pode acontecer de informações serem distorcidas ou omitidas, fazendo com que a vítima chegue a duvidar de si mesma, da própria memória e das realidades vivenciadas — isso também é chamado de *Gaslighting*³.

Minayo (2006) afirma que em situações de abuso psicológico é comum um ambiente de dominação e humilhação. Sendo assim, frequentemente isso causará distúrbios no desenvolvimento psicomotor, intelectual e social, além de potencializar sintomas de agressividade, hiperatividade, depressão e de baixa estima, ou ainda,

² Categorias de abuso: abuso emocional; abuso psicológico; abuso econômico; abuso sexual; isolamento; stalking; violência física. (New York State Coalition Against Domestic Violence)

³ Tradução: omipulação; violência emocional por meio de manipulação psicológica. Disponível em: <<https://pt.bab.la/dicionario/ingles-portugues/gaslighting>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

umentar as dificuldades de lidar com a própria sexualidade.

Como podemos evidenciar, o assédio e o abuso são formas de violência que não se constituem como temas recorrentes relacionados à educação. Se, o objeto de estudo de um professor é o ensino e, conseqüentemente a aprendizagem, a violência pode afetar esta última, provocando traumas, lesões físicas e emocionais, podendo gerar sofrimentos psíquicos e/ou psicopatologias que irão influenciar na área pessoal, no desenvolvimento profissional e não menos no âmbito familiar.

Muniz, Machado e Vieira (2011) argumentam que a agressão moral nas instituições educacionais impede o aproveitamento e desenvolvimento dos alunos e alunas em relação as suas habilidades e aprendizados. Assim, as instituições de ensino superior devem fornecer subsídios para que discentes sejam curiosos, problematizadores e críticos, pois estes são locais de formação de opiniões, que devem incentivar questionamentos, auxiliando e direcionando estes educandos a uma aproximação e compreensão da realidade em que estão inseridos, tornando-os capazes de reconhecer que a sociedade passa por um processo de constante transformação.

Contudo, Felipe (2007) denuncia que são notados os esforços para discutir sexualidade, mas este tema é abordado normalmente para prevenção, se limitando a abordagem morfoanatômica dos corpos. Neste sentido, a sexualidade apresentada pelos aspectos corporais, “[...] não são nada mais que um processo cultural que alimenta a naturalização da heteronormatividade” (SANTOS, 2015, p. 17).

Para Posener (2009), a partir do momento que as instituições de ensino superior são ‘contaminadas’ pela violência do assédio e do abuso, permitindo que discentes sejam vítimas marcadas psicologicamente, docentes negligenciam o aspecto pedagógico e psicopedagógico. Portanto, essa violência se desenvolve de maneira lenta e silenciosa, disfarçando-se no cotidiano, fazendo com que muitas vezes as vítimas não percebam o dano até que seja físico e/ou cognitivo, indo além, psicologicamente afetadas, sendo atingidas no âmbito social e profissional.

Desta forma, discutir gênero e sexualidade no contexto educacional torna-se imprescindível, uma vez que contribui para um melhor desenvolvimento profissional e pessoal de discentes.

O perfil das vítimas, as agressões e a omissão institucional

Em três semanas recebemos um total de 92 respostas, sendo 76 (82.61%) destas,

originadas de acadêmicos pertencentes a IES da cidade de Ponta Grossa, Paraná. Dos 76 questionários, 81.58% das pessoas se identificam com o gênero feminino e 18.42% do gênero masculino. Quando questionados sobre identidade étnico/racial, 78.95% afirmaram ser brancas, 15.79% pardas e 5.26% negras.

Ao todo, 64.47% dos discentes estudam / estudaram em IES públicas, 32.89% em IES privadas e, 2.63% são graduandos (as) de ambas modalidades (público/privado). Em relação ao curso de graduação, 77.64% estão com o curso em andamento, 18.42% concluíram e 3.95% trancaram ou abandonaram o mesmo.

Os cursos foram separados por grandes áreas do conhecimento, a saber: Ciências Biológicas e da Saúde (27.63%), Ciências Sociais e Aplicadas (26.32%), Ciências Exatas (15.79%), Ciências Humanas (11.84%), Ciências Agrárias (7.89%), Linguística, Letras e Artes (3.95%), tendo ainda uma área de Pós-Graduação (6.58%), onde as áreas específicas não foram definidas.

Em relação às origens dos casos de assédio e abuso (Figura 1) as pessoas participantes foram questionadas em tópicos, onde assinalavam 'Sim' ou 'Não' para cada alternativa apresentada, podendo assinalar múltiplas opções.

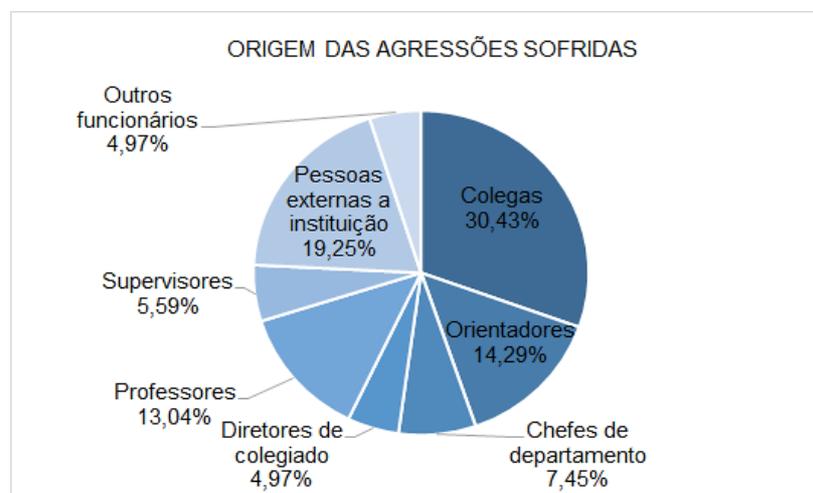


Figura 1: Origem das agressões sofridas.
 Fonte: Questionários aplicados com graduandos/graduados das IES do município de Ponta Grossa, Paraná.
 Organização: HAILE, 2018.

A figura 1 evidencia que colegas se constituem enquanto agressores (as) em potencial durante a vivência acadêmica. Esta vivência, muitas vezes diária, possibilita uma ampliação da troca de experiências entre os pares, conquistando um lugar para que os ataques ocorram, refletindo em uma relação de poder entre discentes.

Segundo Cecato (2004), para o assédio moral ter espaço, é essencial que haja uma relação de poder entre a pessoa agressora e a vítima. Porém, Rodrigues e Freitas (2014), ressaltam que esse poder nem sempre pertence a pessoa que se encaixa em uma hierarquia institucional maior. Ou seja, as relações de poder também estão presentes entre os pares, corroborando com os dados evidenciados, bem como constatando os espaços acadêmicos enquanto espaços paradoxais (ROSE, 1993; SANTOS, 2020).

Com esses dados podemos perceber não só a hierarquia institucional baseada em cargos, mas também social, de classes e de gênero. Nas palavras de Louro (1999, p. 31) “o reconhecimento do ‘outro’, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos”, isto é, percebemos o outro, quando há necessidade, o que nos obriga a reconhecer o que somos e onde estamos posicionados de forma hierárquica e social. Na ideia de Rose (1993), seria reconhecer nossa localização nas relações de poder presentes nos espaços.

Na hierarquia social baseada em classes, percebemos a divisão em classes mais ricas, médias e baixas. A partir disso grande parte da sociedade costuma definir as classes baixas como subordinadas das classes ricas. Ainda existe a hierarquia definida por raça, pois também é a partir da desigualdade racial que se estrutura um sistema de poder socioeconômico, causando exclusão e exploração (HALL, 2003).

Porém, existem casos onde não há explicitamente uma causa específica para a existência de relações de desigualdade, porque, isoladamente, não percebemos uma vulnerabilidade ou desigualdade em determinada característica, mas quando somada à outra, é possível perceber estas relações de desequilíbrio. Além de haver uma submissão psicológica, existem eixos de subordinação que em conjunto influenciam na maneira como o indivíduo é tratado, por exemplo o assédio partindo de colegas da mesma turma e do mesmo gênero, como mostrado na Figura 1, onde colegas são apontados como potenciais agressores (as). Desta forma, segundo Perpétuo (2017), a interseccionalidade se apresenta como o estudo da interação entre eixos de subordinação e a determinação de suas causas e efeitos de forma mais exata,

[...] permitindo ainda compreender e enfrentar de forma mais precisa a articulação entre as questões de gêneros raça/etnia, classe social, moradia, idade, orientação sexual, corpo, entre outras categorias; visto que estas não se desenvolvem de modo isolado nem afastam outros fatores passíveis de produzir desigualdades e injustiças da vida cotidiana. A presença de outros fatores ao mesmo tempo potencializa os efeitos de ambos, bem como oferece as condições necessárias para que outras violações de direitos ou de criação de privilégios e desigualdades se instalem (PERPÉTUO, 2017, p.4).

Em um primeiro momento, é estranho que o assédio ocorra entre colegas e indivíduos do mesmo sexo, já que para isso é necessária uma relação hierárquica. Contudo, através da interseccionalidade é possível ter uma visão mais ampla e encontrar quais fatores geram essa intercorrência, por exemplo: analisando a interação do caso nº 11, é possível ver esta relação, quando questionada pelo modo como ocorreu a situação e a que ela considera ser a causa, a vítima afirmou que:

Foram problemas de implicância, por conta da diferença social com um grupo de meninas da sala, a situação que nos dias de hoje acredito ser inveja, por notas, e também por que eu possuo bolsa do ProUni na instituição (Caso nº 11, 05/07/2018).

O caso presente aqui se trata de assédio moral, com ocorrências que perduram por um ano. O perfil da vítima nesse caso específico, é: mulher, branca, classe média/baixa, recebe auxílio do governo, possui notas altas. Se vemos os conceitos isoladamente, por exemplo, o fato dela possuir notas altas, não é o que abre espaço para que a agressão ocorra, mas a associação com diferença de classe que ela possui em comparação com a maioria dos acadêmicos da instituição (privada), onde recebe bolsa do governo. Sendo assim, é possível que as outras acadêmicas (agressoras) de classe média/alta e sem bolsa achem uma afronta ela estar ocupando o referido lugar e tirar notas altas; se sentem então, em uma posição hierarquicamente superior, a humilhando devido a soma da sua diferença social.

Ainda tratando das origens dos ataques, foram dadas alternativas em relação ao gênero da pessoa agressora. A opção 'Homem' foi marcada por 29 (38.16%) pessoas, enquanto a opção 'Mulher' foi assinalada por 10 (13.16%); a opção 'Ambos' foi assinalada por 30 (39.47%) pessoas.

Mesmo que a partir desses dados se evidencie a existência de uma aproximação entre gêneros de pessoas agressoras, é importante destacar que havia a possibilidade de múltiplos sujeitos agressores, ou seja, as pessoas participantes poderiam assinalar ambos os gêneros, embora não assinalando a frequência de tais agressões por cada um. Contudo, como visto nas perguntas descritivas, a maioria dos agressores são homens, em que predominam os casos de assédio sexual e abuso de poder (prevalecendo os casos contra o gênero oposto), enquanto que, na maior parte das vezes em que mulheres foram citadas como agressoras, os casos faziam referência a quantidade de atividades excessivas exigidas para discentes. Como no caso nº 24, onde a vítima afirma que:

[...] Professores que passam atividades excessivamente. Muitas vezes é

humanamente impossível dar conta de tudo, pois a carga de trabalho é grande demais para o tempo que temos livre, para tentar dar conta de tudo tive que negligenciar minha saúde física e mental e abrir mão de descanso e sono. [...] (Caso nº 24, 07/07/2018).

Dessa forma, podemos ressaltar a hierarquia social baseada em gênero, seria quando um indivíduo age conforme uma conduta que já é estabelecida de modo histórico-social. Assim, podem ocorrer situações de discriminação, violência e invasão de espaços, pois há falta de equidade entre gêneros, sendo muitas vezes considerado que um dos gêneros tem controle sobre outro.

Como afirmado por Costa (2008), as relações existentes entre o gênero masculino e feminino são desequilibradas, desiguais e assimétricas, mantendo assim a mulher subjugada ao domínio patriarcal. Isso acontece porque a sociedade atribui posições de gênero, e é isso que faz com que certos sujeitos pareçam mais valiosos do que outros. O peso da tradição e costumes, da religião, da discriminação, faz com que ocorra um enquadramento da mulher na moldura de comportamentos e atitudes que a sociedade lhe atribui (BERNARDINO, 2017), sendo que a discriminação se reproduz nos campos social, jurídico, político, econômico e cultural.

Quando a violência acontece, percebemos a hierarquia e os limites dela sendo ultrapassados, mas não é o poder que vemos agindo sobre a vítima, mas a falta e a fragmentação dele que faz com que a violência exista, pois “a violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada em seu próprio curso, ela conduz à desaparecimento do poder” (ARENDR, 2001, p. 44).

O que faz com que o assédio moral e sexual e o abuso aconteçam e passem despercebidos, havendo, assim, uma tolerância social diante desta injustiça, não é o exercício da violência explícita, mas o exercício de uma violência sutil, corriqueira e simbólica. Isto faz com que muitas vezes a situação se estenda por um longo período na vida da vítima, sem que ela receba um amparo ou assistência em relação a situação, isso pode ser justificado a partir do discurso do caso nº 30:

Nós [sociedade] tentamos justificar tudo como uma brincadeirinha de mal gosto e perdoar. Não dar importância para certas situações, que com o passar do tempo vão se agravando (Caso nº 30, 09/17/2018).

Na Figura 2 podemos observar o tempo de duração que ocorreram as agressões, sendo um mínimo (2.63%) atribuído a casos isolados e 18.42% das ocorrências mantiveram-se por mais de dois anos. Isto demonstra que os casos envolvendo abuso e assédio no ensino superior pode perpassar por toda, ou grande parte, da formação inicial

destes discentes.

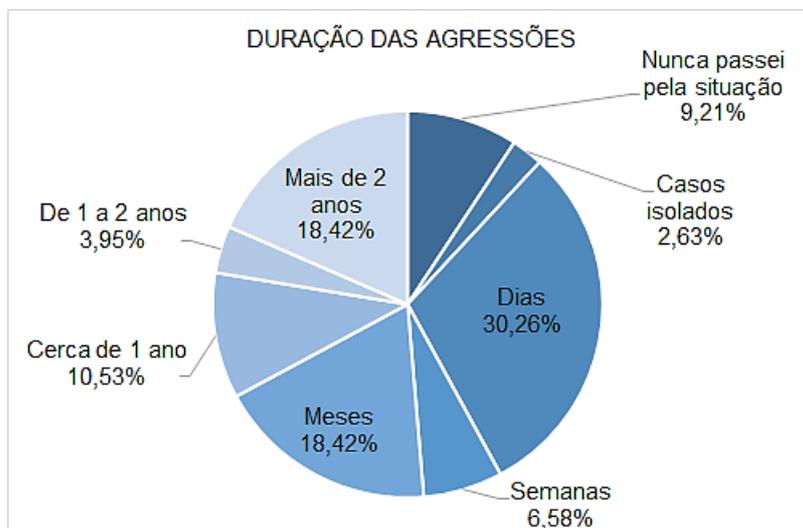


Figura 2: Duração das agressões (tempo).
 Fonte: Questionários aplicados com graduandos/graduados das IES do município de Ponta Grossa, Paraná.
 Organização: HAILE, 2018.

Durante o tempo que a vítima leva para perceber o que está acontecendo, mais o período em que a situação perdura, o indivíduo busca resolver a situação por meio de diversas reações, segundo a pesquisa realizada por Field (2004). Para o autor, a reação das vítimas chega a passar por sete estágios.

O primeiro deles é o 'impacto inicial', onde a vítima percebe o agressor e que as situações vivenciadas são injustas; no segundo estágio há um confronto com o agressor, podendo chegar a envolver a instituição; a partir do momento em que a situação não se resolve, a vítima busca apoio e a provação de outras pessoas para reconhecer que ela não fez nada de errado, sendo essa a terceira etapa.

Após todas essas ações, a vítima chega ao quarto estágio, torna-se mais desconfiada em relação as outras pessoas ao seu redor, a partir de então, no quinto momento, ela começa um processo de aceitação da experiência, desde as mudanças até as injustiças que passou. O sexto estágio é chamado de 'processo de luto', seja pela perda do emprego, da saúde ou da sua personalidade. Por último, resultado de todos esses processos, o sétimo estágio, onde ela se aceita como sobrevivente e volta reconstruir sua vida.

De modo geral, as primeiras reações costumam ser passivas, seguidas de tentativas de resolução, e quando falhos, voltam a passividade. Na pesquisa realizada por

Djurkovic, McCormack e Casimir (2005), isso é confirmado quando as reações apresentadas são: (1) evitar o conflito, (2) enfrentar o agressor e, por último, (3) procurar ajuda formal.

Isso também é evidenciado na Figura 3, onde as vítimas podiam marcar diversas atitudes dentre as 23 alternativas, considerando que poderiam ter sido tomadas em momentos diferentes. As três atitudes mais assinaladas incluíam evitar o agressor, evitar a assediador e/ou qualquer situação de conflito e, evitar situações que podiam ser usadas contra a vítima pelo agressor.

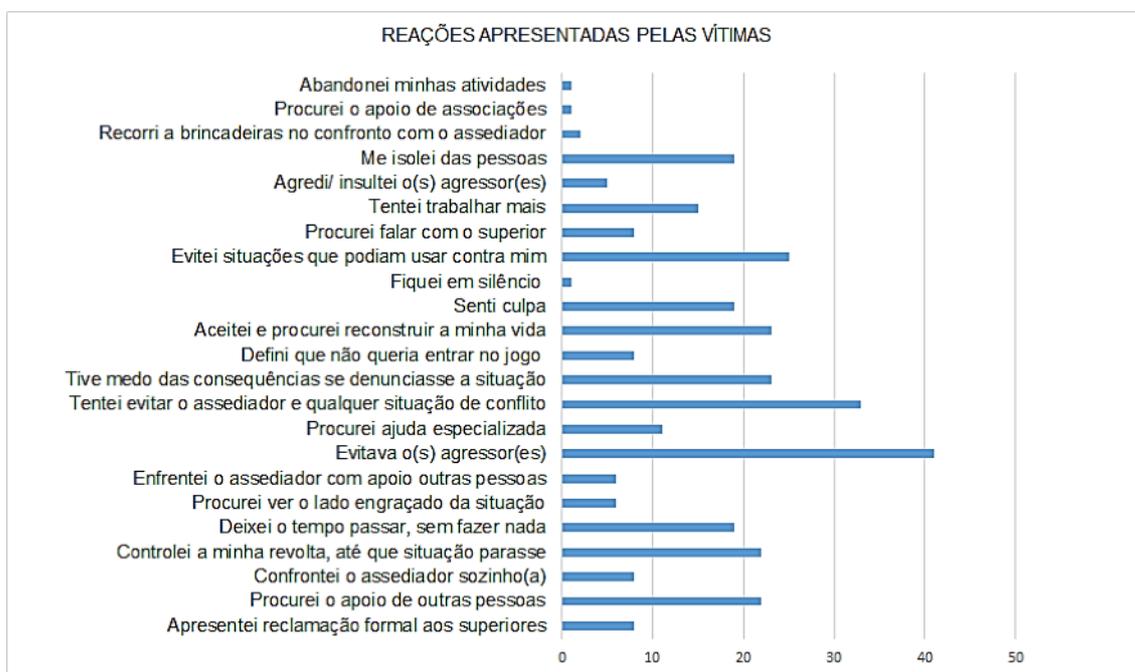


Figura 3: Reações apresentadas pelas vítimas (por quantidade de pessoas).

Fonte: Questionários aplicados com graduandos/graduados das IES do município de Ponta Grossa, Paraná. Organização: HAILE, 2018.

Ainda, a maioria das vítimas que participaram dessa pesquisa — por medo, por falta de apoio, e/ou por se sentirem culpadas — não levaram a situação até os supervisores ou responsáveis. Entretanto, das vítimas participantes desta pesquisa que efetivaram essa denúncia junto a supervisão dos referidos cursos, obtivemos apenas três reações dos supervisores (as) (Figura 4); sendo que nenhuma dessas reações foi punir o agressor.

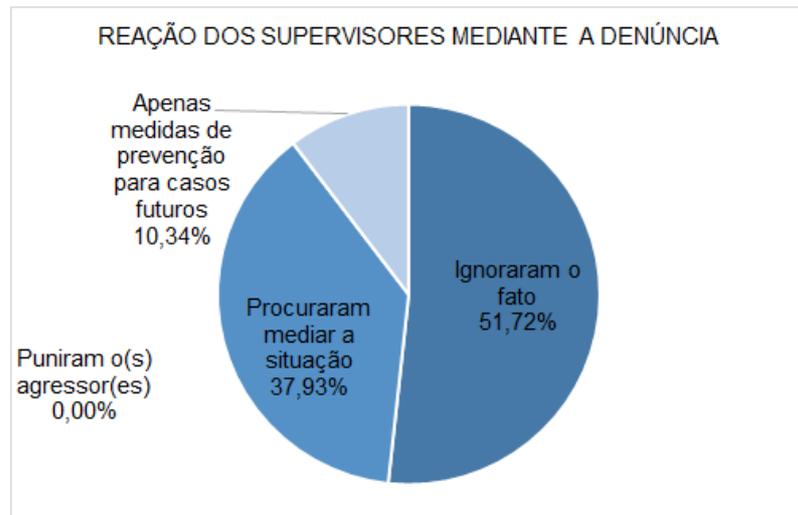


Figura 4: Reação de supervisores mediante a denúncia.
 Fonte: Questionários aplicados com graduandos/graduados das IES do município de Ponta Grossa, Paraná.
 Organização: HAILE, 2018.

É importante destacar novamente os dados da Figura 1, onde as opções, 'Chefes de Departamento', 'Supervisores', 'Diretores de Colegiado' foram assinaladas também como agressores (as) com 7.45%, 5.59% e 4.97%, respectivamente. Ou seja, as agressões sofridas pelas vítimas podem ter sido realizadas pelos próprios pares de cada segmento. Em relação a ausência de punição frente às agressões, Bradaschia (2007, p.76) afirma que "o silêncio pode multiplicar os efeitos aterradores deste tipo de violência, de fato, poder falar sobre este assunto, ter pessoas que acreditam que a vítima realmente está passando por uma situação terrível pode de certa maneira atenuar o trauma". É por essa falta de reação apresentada pelos supervisores (as) que parte das vítimas nem chegam a denunciar ('Não houve denúncia' – 56.58%), pois pelas respostas dos questionários, todas as denúncias ocorridas não tiveram uma reação concreta de supervisores; resultando na ausência de punição dos agressores como mostram os casos a seguir:

Falta de apuração dos casos pela própria universidade e também o fato de a maioria das denúncias resultarem inócuas, desestimulando os alunos a fazerem as denúncias (Caso nº 23, 07/07/2018).

[...] Péssimas lembranças do tempo de graduação, horror à faculdade que sempre me oprimiu e nunca fez nada em relação aos fatos, pelo contrário, sempre jogou debaixo dos panos [...] (Caso nº 25, 07/07/2018).

É possível que a omissão de casos seja para evitar 'danos' para a instituição e para o curso, mas também é comum que as pessoas ainda não saibam como reagir quando são vítimas ou até mesmo testemunhas de uma violência. Assim como as vítimas, as

testemunhas podem se sentir ameaçadas, podem ter medo de alguma reação da pessoa agressora, ou podem simplesmente não acreditar na vítima; é o que evidencia a Figura 5.

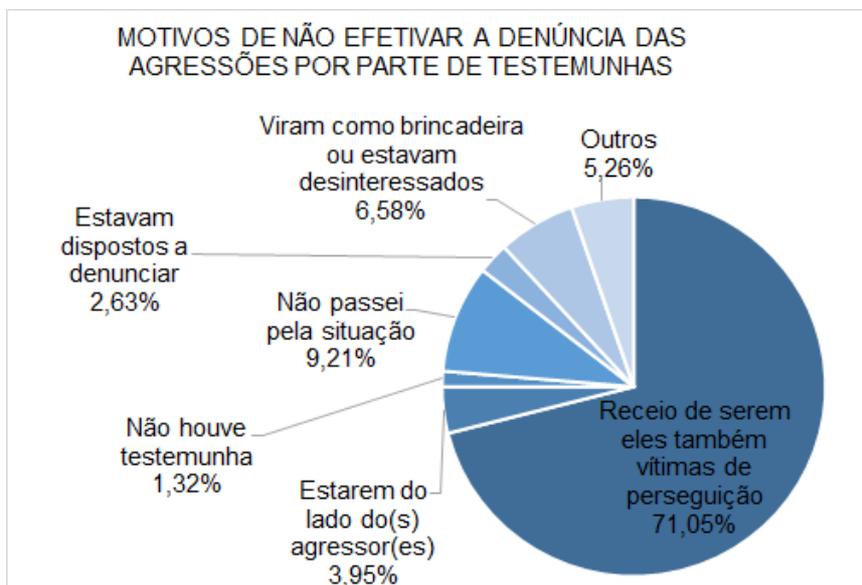


Figura 5: Motivos de não efetivar a denúncia das agressões por parte de testemunhas.

Fonte: Questionários aplicados com graduandos/graduados das IES do município de Ponta Grossa, Paraná.

Organização: HAILE, 2018.

Como evidenciado, a maioria das vítimas afirmaram que suas testemunhas não efetivaram a denúncia por terem receio de serem futuramente vítimas. A pesquisa de Leather (2001) apontou que as consequências sentidas pelas testemunhas de um ato violento (podendo isso ser o assédio e o abuso), podem ser similares as que serão sentidas pelas vítimas; logo, se a vítima sentiu medo do poder demonstrado pelo (a) agressor (a), a testemunha também virá a sentir.

Para Dejours (2001), o assédio é uma técnica, é planejado, não é um ato isolado. Assim, ele explica que durante esse processo a pessoa agressora pode atacar a vítima sob o olhar dos outros. São testemunhas oculares, elas sabem e mesmo assim se calam, pois, as mesmas possuem medo, que surgiu a partir da demonstração de poder por parte do (a) agressor (a). Podemos evidenciar um exemplo desse planejamento e manipulação, silenciosa, da pessoa agressora quando analisamos o caso nº 18:

[...] Hoje depois de muitos anos de psicoterapia consigo entender que o agressor é uma pessoa altamente inteligente, manipuladora e de certa forma sedutora. Até mesmo em muitos momentos me sentia protegida de uma forma paternal, já que nunca tive um pai presente e ele sabia disso (Caso nº 18, 07/07/2018).

O cuidado com o assédio é algo cada vez mais divulgado, isso porque o número de casos vem aumentando tanto em instituições de ensino como em empresas. Não existe uma maneira absolutamente correta de lidar com esses casos, mas é visível que isso precisa ser trabalhado com mais importância, pois a magnitude que pode tomar na vida da vítima é, muitas vezes, irreparável. O assédio e o abuso são algo que vem evoluindo historicamente e socialmente. Minayo e Souza (1998) afirmam que:

O fenômeno da violência [...] é produto da história [...] não se pode deixar de reconhecer que os processos violentos inibem, modificam e enfraquecem tanto a qualidade como a capacidade de vida. Vários estudiosos da atualidade observam que se torna cada vez mais necessária uma epidemiologia da violência, inclusive uma epidemiologia dos problemas psiquiátricos gerados por ela (MINAYO e SOUZA, 1998, p. 521).

Portanto, a partir dos danos cognitivos e profissionais apresentados, é visível a necessidade da promoção de discussões mais amplas dos assuntos relacionados a gênero, a violência de modo geral, mas em especial a violência contra mulher.

Além disso, é válido destacar a importância do incentivo a debates, palestras e pesquisas visando a introdução dos temas 'assédio' e 'abuso', principalmente na área de educação, pois é relevante que docentes saibam identificar mudanças nos comportamentos de discentes, e que levem em consideração os sintomas psíquicos que podem se agravar com a continuidade das agressões. Ainda, torna-se imprescindível um esforço relacionado à supervisores (as) para que tenham conhecimento de como dar continuidade a denúncia realizada pela vítima e que estas não se sintam mais coagidas ao denunciar seja por qual motivo for, tanto pelo medo, quanto pelo sentimento de injustiça gerada pela omissão institucional.

Considerações Finais

O presente artigo tem por objetivo identificar os casos de assédio e abuso no ensino superior e a omissão institucional perante os mesmos. Desta forma, o assédio e o abuso são violências que podem surgir de modo silencioso, se agravando aos poucos, até que seja percebido, podendo gerar vários danos físicos e psíquicos.

Por meio da pesquisa, foi possível constatar que, de acordo com as respostas analisadas, a manifestação da prática do assédio moral e sexual é uma realidade presente em diversas instituições de ensino superior da cidade. Também foi perceptível o uso do abuso de poder e abuso psicológico, entretanto, não foi relatado nenhum caso de abuso

sexual dentro das IES estudadas. É válido lembrar que os casos se manifestaram de diversas formas, também são vistas múltiplas faces, sendo que os eventos apresentados podem ser favorecidos por condições organizacionais e de hierarquias racial, de classe e gênero. Além disso, foi possível evidenciar o paradoxo que constitui estes espaços acadêmicos. Sendo assim, se são variadas formas que estes casos se manifestam, são variadas as formas que estes espaços acadêmicos são produzidos.

As violências mais apresentadas dizem respeito a assédio moral, sendo seguidas por cobranças excessivas e, por último, assédio sexual. Além disso, também foram descritos casos em que ambas as categorias foram evidenciadas em conjunto, por exemplo, assédio moral e sexual.

Por fim, constatamos que há o desconhecimento de como reagir a essas situações, inclusive por parte de supervisores (as) e coordenadores (as). Portanto, é necessário a criação de medidas de prevenção ou criação de políticas de prevenção e combate através destes espaços, sendo necessário realçar que essas políticas precisam ser aplicadas a todos os cargos de maneira igual, sem julgar pela sua posição hierárquica dentro da instituição.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2020.

ARENDR, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

BAB.LA. Dicionário *on-line*. Disponível em: <<https://pt.bab.la/dicionario/inglesportuguesgaslighting>>. Acesso em: 03 outubro 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações**. São Paulo: EDUC, 2006.

BERNARDINO, Amanda Rossito. **A cultura do estupro: análise sobre o processo de normalização/naturalização da violência sexual contra a mulher**. 2017. Monografia (Bacharelado em Direito) – Fundação Educacional do Município de Assis, São Paulo, 2017.

BOBROFF, Maria Cristina Cescatto; MARTINS, Júlia Trevisan. Assédio moral, ética e sofrimento no trabalho. **Revista Bioética**, v. 21, n. 2, p. 251-258, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n2/a08v21n2.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2020.

BOSCO, Maria Goretti Dal; NOGUEIRA, Eliana dos Santos Alves. Assédio sexual nas relações de trabalho. **Síntese Trabalhista**, v. 8, n. 149, p. 128-150, 2001.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Brasília, 2001.

BRADASCHIA, Carisa Almeida. **Assédio moral no trabalho: a sistematização dos estudos sobre um campo em construção**. 2007. 230f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) –

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007.

BUTLER, Judith Pamela. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CECATO, Maria Aurea Baroni. Atentados aos direitos humanos nas relações de trabalho: assédio moral como desvio do poder disciplinar do empregador. **Verba Juris**, v. 3, n. 3, p. 132-153, 2004.

CONSTANTINO, Tânia Cristina Letras. **Assédio moral numa estrutura autárquica**. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado em Segurança e Higiene no Trabalho) – Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal, 2012.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião.1. 2000, Vitória da Conquista. **Textos de Apoio**. Vitória da Conquista, 2000. v.1, p. 35-45 Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/textosapoio1.PDF>>. Acesso em: 26 novembro 2019.

DAMASCENO, Thalita Natasha Ferreira; ALEXANDRE, Joao Welliandre Carneiro; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. O conceito de assédio moral em instituições de ensino superior (IES) sob a ótica dos servidores públicos: o caso dos técnicos administrativos da Universidade Federal do Ceará. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção.

32. 2012, Bento Gonçalves. **Anais**. Bento Gonçalves: Abepro, 2012. p. 1-14. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STO_163_949_20436.pdf>. Acesso em: 21 novembro 2019.

DATA POPULAR; INSTITUTO AVON. **Violência contra a Mulher no Ambiente Universitário**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf>. Acesso em: 03 julho 2020.

DEJOURS, Christophe. **Le travail entre banalisation du mal et emancipation**. 2001. Disponível em: <<https://clinicamuncii.files.wordpress.com/2010/06/le-travail-entre-banalization-du-mal-et-emancipation1.pdf>>. Acesso em: 08 outubro 2019.

DJURKOVIC, Nicola; McCORMACK, Darcy; CASIMIR, Gian. The behavioral reaction of victims to different types of workplace bullying. **International journal of organizational theory and behavior**, v. 8, n. 4, p. 439-460, 2005.

DUARTE, Liza Bastos. Assédio sexual sob a perspectiva do direito de gênero. **Revista Doutrina**, n. 5, p. 15-27, 2001. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDP_05_15.pdf>. Acesso em: 24 setembro 2019.

EINARSEN Stale; ZAPF, Dieter. Individual antecedents of bullying: Victims and perpetrators. In: EINARSEN, Stale; HOEL, Helge; ZAPF, Dieter, [et al]. **Bullying and Emotional Abuse in the Workplace**. International perspectives in research and practice. Londres: Taylor & Francis, 2003, p. 165-184.

FELIPE, Jane. Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos da; SOUZA, Nádia Geisa Silveira de (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p. 31-45.

FIELD, Evelyn. M. "The victim's journey". In: **The fourth international conference on harassment and workplace**. Proceedings: Bergen, Norway, 2004, p. 50-51.

GARCIA, Diego Felipe Muniz; SILVA JUNIOR, Jonas Alves da. Assédio, abuso e violência sexual contra a mulher nas universidades: quem é o verdadeiro culpado?. In: Seminário Internacional Inclusão em Educação: universidade e participação, inclusão, ética e interculturalidade. 4. 2016, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. p.45-51.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG Editora, 2003.

HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda?. **Revista Direito GV**, v. 12, n. 2, p. 484-515, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rdgv/v12n2/1808-2432-rdgv-12-2-0484.pdf>>. Acesso em: 14 novembro 2019.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HOUAISS. Dicionário *on-line*. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/houaiss/>>. Acesso em: 08 março 2020.

LEATHER, Phil. Workplace violence: scope, definition and global context. In: COOPER, Cary L.; SWANSON, Naomi. (Orgs.). **Violence in the health sector: state of the art**. Geneva: International Labour Office- ILO, p 3-18, 2001.

LIMA, Cláudia Araújo de et al (Orgs.). **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MICHAELIS. Dicionário *on-line*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=vzM>>. Acesso em: 08 março 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 4, n. 3, p. 513-531, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06.pdf>>. Acesso em: 3 setembro 2019.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MOREIRA, Flavia Maia. **Violência de gênero na escola: abuso/assédio sexual e relações de poder**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173809>>. Acesso em: 15 setembro 2018.

MUNIZ, José Artur; MACHADO, Francisco Oliveira; VIEIRA, Djuri. **Assédio moral na universidade: um estudo de caso em Pernambuco**. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3397.pdf>. Acesso em: 01 outubro 2018.

New York State Coalition Against Domestic Violence. **Tipos de abuso**. Disponível em: <<https://www.nyscadv.org/sitio-web-en-espanol/tipos-de-abuso.html>>. Acesso em: 10 setembro 2018.

PERPÉTUO, Claudia Lopes. **O conceito de interseccionalidade: contribuições para a formação no ensino superior**. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3159.pdf>>. Acesso em: 14 outubro 2019.

POSENER, Helena Cristina. **O assédio moral no âmbito acadêmico e suas implicações legais**. 2009. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-assedio-moral-no-ambito-academico-e-suas-implicacoes-legais/15345/>>. Acesso em: 14 outubro 2019.

PROJETO UMAR. Disponível em: <www.umarfeminismos.org>. Acesso em: 03 julho 2018.

REGO, Teresa Cristina. **Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis: Vozes, 2003.

RODRIGUES, Míriam; FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral nas instituições de ensino superior: um estudo sobre as condições organizacionais que favorecem sua ocorrência. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 2, p. 284-301, abr./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cebape/v12n2/08.pdf>>. Acesso em: 23 setembro 2019.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

RUNYON, Melissa K.; KENNY, Maureen C. Relationship of attributional style, depression, and posttrauma distress among children who suffered physical or sexual abuse. **Child Maltreatment**, v. 7, n. 3, p. 254-264, 2002.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos. **Espaço escolar, homossexualidades e prática discursiva docente em Ponta Grossa, Paraná**. 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio Jose. **Pelo Espelho de Alice: homofobia, espaço escolar e prática discursiva docente**. Curitiba: Appris, 2017.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos. **Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do sul do Brasil e a multiplicidade espacial**. 2020. 283f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. **Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n3/1806-9584-ref-24-03-00679.pdf>>. Acesso em: 13 outubro 2019.

Recebido em 04 de fevereiro de 2021

Aceito para publicação em 26 de julho de 2021.

